



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro - CMS/RJ

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 11/05/2021**

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e quarenta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom da ADOULAS-RJ, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Larissa Cristina Terzezo Machado (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Pauta do Dia: Deliberação das Atas: 09/03/2021 e 23/03/2021. 1. Deliberação do Ofício S/SUBGERAL/CGCCA N°

345/2021. Assunto: Publicação de Edital de Convocação Pública nº 003/2021 sobre Prestação de Serviços de Diagnóstico por Imagem de Medicina Nuclear – **5 minutos**. **2.** Apresentação e deliberação do Relatório 2020 e Metas Bipartite e Tripartite 2021 – **30 minutos**. **3.** Esclarecimento sobre o modelo de gestão das unidades de saúde da SMS e Contratação dos trabalhadores da Saúde – **90 minutos - 3.1** – solicitação do e-mail do conselheiro Carlos Bessa (ACS). **3.2** – processo de rescisão do contrato dos demais trabalhadores da Saúde pela RioSaúde nas Áreas de Planejamento. **4.** Ponto fixo sobre a Covid-19 – **40 minutos**. **5.** Substituição da titular e escolha de suplente no Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna – **10 minutos**. **6.** Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – **30 minutos**. **7.** Informes da Secretaria Executiva – **10 minutos**. **8.** Informes da Gestão da SMS – **10 minutos**. **9.** Informes do Colegiado – **5 minutos** por conselheiro. A reunião teve início após a convocação às 14 horas e 42 minutos com quórum previsto no Regimento do Conselho. Coordenação: Presidente do Conselho: **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva**: conselheiros usuários: Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco e Osvaldo Sérgio Mendes. Conselheiras Profissionais de Saúde: Lucimar Oliveira do Nascimento e Valeska Holst Antunes. Conselheiras Gestoras: Larissa Cristina Terzezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretaria Executiva: Carmem Terezinha Gomes Sasaki. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início a reunião ao fazer a leitura da pauta, que ao ser colocada em votação foi aprovada por maioria simples. Em seguida, colocou em votação as atas de 09/03/2021 e 23/03/2021 (extraordinária), que foram aprovadas por maioria simples. **Ponto 1:** Deliberação do Ofício S/SUBGERAL/CGCCA Nº 345/2021. Assunto: Publicação de Edital de Convocação Pública nº 003/2021 sobre Prestação de Serviços de Diagnóstico por Imagem de Medicina Nuclear. A **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que na reunião da Comissão Executiva da semana passada fizeram breve análise sobre o Edital e entenderam que não se tratava de novas contratações, de novos Chamamentos e sim de uma renovação de contratos que estão para vencer. Então, prestarão apenas a manutenção de serviços. Informou que analisaram rapidamente os valores que foram colocados nesse Edital e que estão condizentes com a tabela SUS. Que trata-se de uma regulamentação em nível nacional. Entenderam que o Edital é passível de aprovação. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação o Edital de Convocação Pública nº 003/2021, que foi aprovado por maioria simples. **Ponto 2:** Apresentação e deliberação do Relatório 2020 e Metas Bipartite e Tripartite 2021. Nesse momento, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início a uma breve apresentação das Metas Municipais dos Indicadores Tripartite 2021, utilizando-se de recursos audiovisuais. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que encaminham as metas e agora querem ouvir os integrantes da Comissão Executiva para saber como avaliaram as metas. Nesse momento, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** fez a leitura do Parecer conjunto da Comissão Executiva e Comissão de Orçamento e Finanças do CMS/RJ. Concluindo, disse que o Parecer é pela aprovação das propostas com ressalvas. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki para verificar se algum conselheiro tem algo para falar antes de colocar em votação. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse achar que podem ser pertinente alguns comentários. Por isso, pediu ajuda da Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki para que passasse os slides dos índices/ indicadores enquanto comentava cada um. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** perguntou se algum conselheiro deseja se inscrever para comentar ou se pode colocar em votação? A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** pediu, o favor, para que todos apoiem essa votação, inclusive para facilitar enviou a tabela com duas colunas para que os conselheiros respondam por

escrito, iniciando no item um da Tripartite com todas as aprovações, pois acha que fica bem fácil e claro até para encaminhar a Secretaria Estadual de Saúde. Finalizando, agradeceu. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes que esse pedido da conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal será feito pela Comissão de Orçamento e Finanças. Em seguida colocou em votação a Apresentação e deliberação do Relatório 2020 e Metas Bipartite e Tripartite 2021, que foram aprovados por maioria simples. Prosseguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, passou para o **ponto 3**: Esclarecimento sobre o modelo de gestão das Unidades de Saúde da SMS e contratação dos trabalhadores da Saúde. 3.1 – Solicitação do e-mail do conselheiro Carlos Bessa (ACS). 3.2 – Processo de rescisão do contrato dos demais trabalhadores da Saúde pela RioSaúde nas Áreas de Planejamento. Anunciou, então, a Subsecretária Ana Luiza Caldas para fazer a apresentação e dar os esclarecimentos pertinentes ao assunto. Após, a **Subsecretária Ana Luíza Caldas** apresentou-se, dizendo que está à frente da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde – SUBPAV, informando que é médica de família de formação. Esclareceu que formou-se pelo Programa do município do Rio de Janeiro e a maioria dos que estão presentes a conhece da AP 3.1, onde também, conheceu a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes, o Nereu, dentre outros. Disse acreditar que a pauta (a da reunião) seja voltada para os novos contratos e convênios da Secretaria Municipal de Saúde; que possui conhecimento e, devido ao fato da ingerência dela nos contratos e convênios da SUBPAV, pode falar sobre a questão. Ainda, que a Dra. Teresa que está à frente da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência – SUBHUE, por conta de uma agenda externa, não pode estar presente à reunião, mas acredita que, em um momento oportuno próximo, ela possa elucidar, caso haja, quaisquer questionamentos pertinentes à área hospitalar. A seguir, deu início à apresentação e ao final deixou para todos os presentes o e-mail da SUBPAV e disse que sua assessora Raquel, presente à reunião, também responde. Dando andamento à pauta nos itens 3.1 e 3.2 que se referem à RioSaúde, o senhor **Ricardo Fernandes**, diretor do RH da RioSaúde, desde o dia 05 de abril, pediu esclarecimentos a respeito do teor do e-mail do conselheiro Carlos Bessa – item 3.1 da pauta, já que não teria recebido o referido documento. Então, o próprio **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes**, com a palavra, após agradecer a oportunidade de ter sido atendido no pedido que fizera para ter o seu ponto incluído na pauta porque o deixava muito ansioso. Disse que gostaria de entender várias questões para que pudessem ajudar a Gestão a reestruturar a Rede Primária, por exemplo: como funciona, principalmente nos territórios? Sobre esse e-mail, disse que, talvez as pessoas possam dizer que o conteúdo dele nada tenha a haver com a gestão atual; que, obviamente, talvez não tenha, mas acredita que uma Empresa Pública dá seguimento ao trabalho começado anteriormente e ninguém pode ser demitido ou retirado já que entrou por uma gestão. Contou que no ano de 2020, entre agosto e setembro, a gestão passada fez um processo seletivo para ACS (Agente Comunitário de Saúde) e que estranhou o modelo de seleção. Por isso, até participou dele para poder entender aquele modelo. Falou que se tratava de um modelo muito simples, sem muita divulgação e que acabou ficando pelo meio do caminho; que muita gente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1 vinha fazer algumas perguntas sobre esse concurso, esse processo seletivo e que isso está arquivado com o presidente Ludugério Antônio Silva. Disse que no seu entender para se iniciar uma reestruturação, seja ela qual for é necessário saber o princípio, o meio e o fim; que ficou muito satisfeito com a apresentação feita sobre o Plano de Reestruturação porque teria visto que, ali, pelo menos, o que está escrito é que a Gestão da Secretaria está muito preocupada com a questão da transparência e a questão da participação popular. Acrescentou que isso é muito importante porque são coisas que, talvez, na gestão passada não eram muito respeitadas, inclusive, os

Conselhos (Municipal e Distritais) não tinham muito acesso a esse tipo de informação, principalmente, no que se refere à troca de Organizações Sociais, concursos, processos seletivos para ACS (Agente Comunitários de Saúde) etc. Esclareceu que achou pertinente trazer esse assunto para a Comissão Executiva, a fim de que pudessem começar a entender qual deverá ser o modelo real na RioSaúde e para que essa nova reestruturação venha a acontecer de maneira diferente da ocorrida no passado. Contou que quando apresentou a solicitação para essa pauta, ela foi aprovada logo no primeiro momento. Porém, a discussão dela (da pauta) foi transferida para uma reunião extraordinária que acabou por não acontecer e esse fato o deixou triste e incomodado porque, logo em seguida, viram (os conselheiros) toda essa movimentação com relação à Organização Social Viva Rio e, mais uma vez perceberam que o Conselho Municipal de Saúde sequer debateu sobre o assunto, embora entendam que isso é um processo político-social. Falou, ainda, que gostaria que a RioSaúde se pronunciasse a respeito do real Plano para essa Reestruturação, principalmente, com relação aos Agentes Comunitários de Saúde porque quem está na ponta, quem está no território e no campo, entende que a falha não é só a necessidade de ter mais Agentes Comunitários de Saúde porque existe uma questão muito maior que isso. Disse que, com relação ao último processo seletivo ocorrido, no seu entender, as exigências nele contidas foram muito poucas porque, talvez, tenham sido contratadas pessoas nesse processo seletivo que não têm o perfil para entender o que é saúde e o que é lidar com o público usuário. Solicitou que a RioSaúde, também, responda se já tem um novo plano para seleção e contratação de trabalhadores e que todos os Conselhos Municipal e Distritais tenham acesso com antecedência daquilo que se planeja para a Saúde porque, às vezes, quando tomam conhecimento as coisas já aconteceram. Por fim, disse que se querem formar um time forte, acredita que a Gestão e os Conselhos são uma Unidade para o desenvolvimento do trabalho da Saúde porque, se assim não for, quem sairá perdendo sempre é o usuário e, às vezes, até a própria Gestão perde com isso por jogar de lado o debate com os Conselhos Municipal e Distritais. A seguir, o **Sr. Ricardo Fernandes**, diretor do RH da RioSaúde com a palavra, referindo ao modelo híbrido informou que estão atentos em relação à Atenção Primária, pois é um modelo que essencialmente estará em cada território e que deverá ser as Organizações Sociais, enquanto que a RioSaúde entrará com a manutenção de pessoal no que se refere a três categorias: Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos de Enfermagem e Assistentes administrativos. Falou que nessa transição toda, reconhece que houve certa dificuldade de dar uma comunicação mais eficiente do que a que aconteceu, especialmente na AP 2.1 e na AP 3.1. Na AP 5.1 o modelo ainda não foi implantado completamente, pois está sendo homologado pela Secretaria Municipal de Saúde para que possam entrar com outras categorias. No que tange à categoria específica de Agentes Comunitários de Saúde, informou que foi autorizado pelo Prefeito e que, naquele dia (o da reunião), saiu publicado uma autorização para poderem assumir alguns Agentes Comunitários de Saúde que já atuavam em alguns territórios e que deverão ser contratados pela RioSaúde. Contou que em algumas Áreas de Planejamento como a AP 2.2, os Agentes Comunitários de Saúde chegaram a ser contratados por um período sob o regime de RPA porque a RioSaúde estava aguardando o Prefeito dar a autorização que saiu publicada naquele dia (o da reunião). Ele o fez para que não haja a descontinuidade do trabalho que é realizado pelos Agentes Comunitários de Saúde, em um primeiro momento, já que é um momento de transição de um sistema que existiu antes para um sistema novo que está sendo implantado agora e que a RioSaúde vai conseguir, durante um período, ficar com parte do pessoal que já estava atuando nos territórios. Porém, segundo regra que a Constituição coloca sempre é necessário usar de critérios impessoais para se fazer um processo seletivo e isso, num futuro próximo é possível que a RioSaúde o faça. Disse achar muito interessante esse tipo feedback que o conselheiro Carlos Alberto

Bessa Menezes colocou na fala dele, o de identificar que, talvez, os requisitos que foram colocados no edital do concurso anterior não foram tão suficientes para selecionar pessoas que tenham capacidades e habilidades, acima de tudo para lidar com o grande público, pois queiram ou não os Agentes Comunitários de Saúde têm como papel fundamental no seu trabalho o de entrar em contato com muita gente nos territórios e diante disso, com certeza, quando a RioSaúde fizer o edital para o próximo processo seletivo procurará conversar com o Conselho Municipal de Saúde, através dos seus conselheiros para tentar ver se, realmente, o que está sendo colocado ali é adequado. Esclareceu que, na verdade, esses processos seletivos são sempre para contratações temporárias com o intuito de suprir uma demanda pontual de uma necessidade por não haver, ainda, pessoas concursadas para aquelas vagas e, assim sendo, o Poder Público se vale de uma autorização para fazer essa contratação direta em alguns casos específicos para que a população não seja prejudicada. Então, é essa a intenção da RioSaúde quando faz uma contratação direta com a autorização do prefeito ou um processo seletivo simplificado, a fim de ter mais agilidade no selecionamento de pessoas para atuarem em funções específicas para que não haja a descontinuidade dos serviços. Informou que, tendo em vista que a RioSaúde vai assumir essas três categorias que mencionara anteriormente nas dez Áreas Programáticas do município, ela (a RioSaúde) abriu um processo de concurso público que já foi encaminhado para a Administração Direta, tendo a pretensão de que todos os Agentes Comunitários de Saúde, sendo geridos pela RioSaúde sejam concursados. Ainda, que nesse caso, o processo seletivo não será um processo simplificado como o que o conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes acabara de mencionar porque será um processo em que será realizada uma prova e terá uma série de requisitos que a pessoa precisará atender para que possa ser contratada por prazo indeterminado como concursado. O profissional concursado goza de algumas prerrogativas muito superiores ao profissional que é admitido em caráter temporário, seja por processo seletivo ou contratação direta. Disse, com certeza, no momento que a RioSaúde iniciar o processo seletivo, ela buscará esse diálogo com as lideranças da categoria para conseguir formar um procedimento que tenha ao mesmo tempo, todos os requisitos que a Lei exige e os pontos manifestados pelos representantes da categoria contemplados. Na verdade, se ocorreu algum ruído no mês de abril, por exemplo, foi em virtude da saída e entrada de OS e também a saída da RioSaúde ocasionando as três situações. Falou que esses momentos, realmente, são turbulentos por tratar-se de uma transição que envolve uma quantidade de pessoas muito elevada e que procuraram enviar comunicação. Informou que enviaram ofício de comunicação para os representantes de pessoal para que eles levassem essas informações à ponta para todos os colaboradores, mas acredita que muitas vezes é difícil ter uma disseminação completa da informação. Ao final das elucidações dadas, perguntou ao conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes se esclareceu todos os seus questionamentos e o conselheiro **Carlos Alberto Bessa Menezes** respondeu-lhe que sim e acredita que a partir daquele momento vão entender melhor e que irão acompanhar e agradeceu ao Sr. Ricardo Fernandes. Prosseguindo, a **conselheira Valeska Holst Antunes** lembrou que ainda restavam questões relacionadas aos processos rescisórios para serem esclarecidas pela RioSaúde e entende que o Sr. Ricardo Fernandes pode complementar essa questão e, em seguida, abrir-se-iam as inscrições. Assim, o **Sr. Ricardo Fernandes** em resposta a essas questões disse que, de início, a RioSaúde tem uma visão de que a transição para o “sistema híbrido” será um processo gradual e que as Organizações Sociais chegarão e iremos fazer a transição das admissões dos profissionais pela OS e as admissões que a RioSaúde fará deverá ser algo mais gradual. Porém, se depararam com um cenário em que foi necessário que as admissões e demissões fossem realizadas com a data de validade da assinatura do contrato com as Organizações Sociais, foi porque não poderiam incorrer em uma sobreposição de objeto, que é um ponto que pode ser questionado pelos Órgãos de

Controle. Contou que, em meados de abril a RioSaúde teve que encerrar os contratos com data retroativa, ou seja, a data do dia anterior à celebração dos contratos de gestão com a Secretaria de Saúde. Explicou que no comunicado que fizeram, deixaram registrado que estariam resguardados os dias trabalhados pelos colaboradores da RioSaúde, isto é, se por um acaso o trabalhador trabalhou pela RioSaúde até uma data limite e não foi admitido pela Organização Social, nesse caso específico, a RioSaúde pagará os dias trabalhados depois que avançarem os encerramentos dos contratos na folha rescisória. Deixou ratificado que a data de encerramento teve que acontecer no dia anterior à assinatura do contrato com a Organização Social porque, se assim não fosse, a RioSaúde poderia ser questionada pelos Órgãos de Controle, pois ficaria caracterizada a sobreposição de objeto e, para resguardar a RioSaúde e a Secretaria Municipal de Saúde tomaram a decisão de fazer a rescisão dos contratos na data de início dos contratos com as Organizações Sociais. Lembrou, mais uma vez que, se por algum acaso um colaborador da RioSaúde não foi admitido pela Organização Social e trabalhou alguns dias depois dessa data, esses dias trabalhados serão devidamente pagos na folha rescisória, não havendo nenhum tipo de prejuízo para ninguém. Disse, ainda, que a grande parte dos trabalhadores foi assumida pelas Organizações Sociais não tendo, portanto, descontinuidade e que os poucos casos em que isso não ocorreu, a RioSaúde orientou os representantes do Departamento de Pessoal a enviarem a folha de ponto para que na folha rescisória a RioSaúde pague esses dias trabalhados. Ao final, o **Sr. Ricardo Fernandes** perguntou aos conselheiros se o ponto estava esclarecido e a **conselheira Valeska Holst Antunes** respondeu que não, mas acha que no debate serão trazidas as questões para ele (Sr. Ricardo Fernandes) responder. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início à chamada dos inscritos, anunciando o **Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, Felipe Vieira dos Santos** que, com a palavra depois de cumprimentar a todos e se apresentar como presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2 e também diretor sindical do Sindicato Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde do município do Rio de Janeiro, disse que a sua fala será mais para o Sr. Ricardo que assumiu o Departamento de Gestão de Pessoas da RioSaúde. Contou que na AP 2.2, estão como RPA desde o mês de março e que receberam os salários dos meses de março e abril. Não obstante os vários transtornos que tiveram com relação à questão do depositar o pagamento na conta dos Agentes Comunitários de Saúde, restando ainda, muitas dúvidas porque não sabem se nesses pagamentos efetuados entrou o vale alimentação e o vale transporte, uma vez que no contracheque do RPA, esses valores não vêm discriminados e só vem discriminado os onze por cento referente ao INSS. Diante desse fato, falou que não sabe se tem como a RioSaúde encaminhar esses contracheques do RPA discriminando os valores que perfazem o salário deles. Fez referência também ao piso nacional dizendo que a RioSaúde não está respeitando o piso nacional da categoria. Entende que é muito importante que a RioSaúde reveja esse assunto por ser um direito dos Agentes Comunitários de Saúde, que foi conquistado a nível nacional, até porque, esse dinheiro vem do Ministério da Saúde. Solicitou ao Sr. Ricardo Fernandes como funcionário, que leve esse pleito para a diretoria e que ela (a diretoria) tenha o carinho de respeitar o piso nacional da categoria dos Agentes Comunitários de Saúde porque tiveram uma luta muito grande para conquistar isso. Dirigindo-se ainda ao Sr. Ricardo Fernandes, disse que esse teria dado ciência de que o Prefeito publicou no Diário Oficial, naquele dia, o processo administrativo. Então, perguntou-lhe se as Carteiras de Trabalho deles serão assinadas, agora, no mês de maio ou os trabalhadores continuarão como RPA e as Carteiras só serão assinadas em junho e, ainda, que gostaria de saber a data oficial para a assinatura delas? Falou, também, que não sabe se a RioSaúde pagará a diferença do piso nacional retroativa aos meses de março e abril, uma vez que a mesma não foi paga. Comentou que tem observado a existência de muitos ruídos de

comunicação entre a RioSaúde e o Coordenador da AP 2.2, o enfermeiro Jubemar e, entende que será bom que a RioSaúde indique uma pessoa chave que possa estar sempre em contato com o Coordenador, estar sempre linkado com ele para que traga falas com mais propriedade e certezas porque, embora, vissem o empenho do Coordenador buscando informações, viam, também, alguns ruídos dentro da empresa, pois acontece de funcionários ligarem para os Agentes Comunitários de Saúde e cada um dá uma informação. Em seguida, o segundo inscrito, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos**, com a palavra, após cumprimentar a todos, disse que, embora estivesse afastado há bastante tempo por necessidade de trabalho, que começa elogiando a decisão tomada pela RioSaúde de colocar os Agentes Comunitários de Saúde em concurso público, conforme notícia que acabou de receber do Sr. Ricardo Fernandes. Explicou que essa decisão, de certa forma, valoriza o trabalhador que deixará de ser um contratado por uma Organização Social para ser um empregado público, o que lhe dará inúmeras vantagens se comparado a ser um contratado por uma Organização Social. Falou que, nesse sentido, aplaude a Administração e sugere que essa política, também, seja aplicada aos Técnicos de Enfermagem e Administradores, que podem de repente ser contratados através de concurso público e terão um vínculo mais permanente com o serviço e, conseqüentemente, esse serviço não terá que procurar outros vínculos que melhor o qualifique. Lembrou que a RioSaúde foi criada no final da gestão anterior do governo do Eduardo Paes e o Crivella utilizou a RioSaúde de uma forma equivocada, sem estruturá-la para poder fazer com que as Organizações Sociais deixassem a administração terceirizada da Saúde do município do Rio de Janeiro. Disse achar que foi uma decisão acertada, porém, sem estruturar a RioSaúde devidamente para exercer a função já que tomariam a Administração da Saúde Pública do Rio de Janeiro. Continuando, fez algumas considerações a respeito do que a Subsecretária da Atenção Primária colocou na apresentação que fez. Contou que a Subsecretária coloca que em dois mil e vinte e dois, irão retomar a 68% (sessenta e oito por cento) de cobertura, ou seja, irão retomar em dois mil e vinte e dois ao que era quando a Administração do Eduardo Paes deixou a cidade. Que em dois mil e vinte e três, irão chegar a 72,3% (setenta e dois vírgula três por cento). Diante desses índices, o conselheiro considera que essa diferença é mínima; que é muito pouca para uma cidade sofrida como o Rio de Janeiro na questão da Saúde. Acha que se pode fazer um índice de crescimento maior para que a população carioca não fique tão sofrida como tem ficado nesses últimos anos. Acrescentou que não ouviu falar coisa alguma sobre a questão da Saúde Mental. Como está retornado ao Conselho Municipal de Saúde, não sabe se já foi discutida ou apresentada alguma coisa relativa a ela (a Saúde Mental), porque existem pontos nevrálgicos que precisam ser discutidos e como o Controle Social é um dispositivo que delibera políticas de Saúde, entende que devem discutir com mais profundidade a questão da Saúde Mental, inclusive no que diz respeito ao uso de Comunidades Terapêuticas para álcool e outras drogas. Sugeriu que, caso esse assunto ainda não tenha sido discutido, que a Atenção Primária tome esse feito conjuntamente com o Controle Social. Falou, também, da política de “Recursos Humanos - Sustentabilidade e Estabilidade do Vínculo”. Explicou que a sustentabilidade e estabilidade do vínculo são possíveis com a estatização do servidor público, porque elas não existem para quem não é servidor público (que por enquanto, ainda, não perdeu os seus direitos), elas não existem para o celetista. Ainda, que é evidente que ser celetista tendo passado por um concurso público é diferente daquele que tem uma contratação direta sem concurso, apenas com a apresentação de um curriculum; que para aquele celetista que passou por um concurso público existe uma segurança maior, mas, ainda assim, não é segurança, não existe estabilidade no trabalho e daí o serviço pode sofrer uma descontinuidade e nesse sentido, como representante do trabalhador de Saúde no Conselho Municipal de Saúde que, na realidade, fala da importância da continuidade do serviço e do que se pode fazer para que não se perca essa continuidade como aconteceu no governo anterior do ex-

Prefeito Crivella. Embora sabendo que existe uma política de Saúde que está acima do Sr. Ricardo Fernandes e da Subsecretária presente, indagou o porquê de não brigarem por uma reestruturação da RioSaúde, de modo que ela possa fazer concurso público e os seus trabalhadores sejam empregados públicos? Disse achar que o ideal seria concurso público para servidor, mas sabe que existem leis que impossibilitam isso, mas a RioSaúde pode ser estruturada para momentaneamente substituir o servidor por um empregado público. Talvez, a conselheira Valeska Holst Antunes possa falar melhor a respeito dos vínculos na RioSaúde, posto que ela (RioSaúde) não respeita os salários dos trabalhadores, visto que para cada trabalhador, mesmo sendo da mesma profissão, tem uma remuneração diferenciada o que, na realidade, esse tipo de política acaba desvalorizando o trabalhador. Dando prosseguimento, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, anunciou o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva**, que após cumprimentar o Sr. Ricardo Fernandes, disse que é muito procurado no Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1 pela população e, também, pelos Agentes Comunitários de Saúde, que os questionam a respeito de questões que eles (do Conselho Distrital de Saúde) não sabem responder. Falou que precisa saber se os trabalhadores das Organizações Sociais que trabalham na AP 5.1, por exemplo, podem ser transferidos para outras Áreas Programáticas ou vice versa? Se afirmativo, qual é o critério usado? Qual é a norma? Afirmou que, para o Conselho Distrital, essa situação não está esclarecida e precisam falar a mesma linguagem para explicar a quem os procura no Conselho, qual é a regra, a norma? Em seguida, solicitou a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes e a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki, que envie para os dez Conselhos Distritais de Saúde a apresentação que foi feita das Metas, porque precisam ler, estudar e discutir o assunto. Por fim, referiu-se à fala do conselheiro Marinaldo Silva Santos que falou da importância da discussão sobre a Saúde Mental e que não foi mencionado por ninguém. Diante disso, reforçou a importância dessa discussão, dizendo que ela não pode ficar de fora de jeito nenhum, por ser uma prioridade. Prosseguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou a palavra à **conselheira Valeska Holst Antunes** que, após se apresentar, disse que, obviamente, recebem com muita felicidade o Plano de Reestruturação da Atenção Primária e que não esperavam menos, independentemente de quem votou ou não votou. Disse que a entrada dessa Gestão trouxe novas esperanças em relação a Gestão anterior que foi bastante desastrosa. Disse que é desejo, tanto do Corpo Técnico quanto do próprio Secretário de terem uma expansão para cem por cento de cobertura, mas que existem questões orçamentárias que impedem. Diante desse fato, comentou do seu temor de que essas questões orçamentárias possam impedir que o Plano apresentado pela Secretaria não venha a se concretizar e, nesse sentido, informou que a Secretaria de Saúde pode contar com o Conselho Municipal de Saúde para discutir o Plano de Saúde, discutir a PLOA de 2022 e 2023 porque é desejo do Conselho Municipal de Saúde ser parceiro da Secretaria Municipal de Saúde para poder garantir que essa expansão de fato aconteça, visto que tem impressões de que a situação fiscal do município do Rio de Janeiro, de fato, poderá trazer dificuldades para que essas metas sejam concretizadas. Dito isso, falou que a Subsecretária Ana Luíza Caldas sabe da admiração que ela (a conselheira) tem pela Subsecretária e por causa dessa total admiração, tentará ser clara e direta como é do costume da conselheira. Disse achar que as apresentações e a fala do Sr. Ricardo Fernandes são muito pouco esclarecedoras em relação ao que foi solicitado, pois o que solicitaram como apresentação inicial foi uma justificativa do por que do retorno do modelo de gestão das Organizações Sociais. Salientou que perguntam isso porque uma das premissas que a RioSaúde apresenta é, exatamente, a sustentabilidade e a estabilidade do vínculo e se tem uma coisa que as Organizações Sociais não trazem é justamente isso (sustentabilidade e estabilidade do vínculo). Ainda, que as Organizações Sociais podem ter uma série de vantagens, mas ela não propicia a



sustentabilidade e estabilidade do vínculo, muito pelo contrário, ela propicia a sua quebra. Então, entende que, para a sustentabilidade e estabilidade do vínculo, muito mais interessante é investir num plano de carreiras que fosse da RioSaúde, não como estatutários, não da maneira atrapalhada e atabalhoada de migração feita pela Gestão anterior com contratos provisórios, inchando a máquina da RioSaúde sem dar condições administrativas para que ela (a RioSaúde) consiga gerir todo esse aumento de profissionais. Afirmou que não é com o modelo de Organizações Sociais que vão propiciar a estabilidade e que essa é uma questão que fica como um pedido de esclarecimento de onde vem a decisão técnica e política de abrir mão do investimento do concurso público na Empresa Pública para o retorno do fortalecimento do modelo das Organizações Sociais? Sobre a situação específica da RioSaúde, disse quando colocaram aquele item 3.2 da pauta, o que desejam é saber sobre os enormes problemas que estão tendo com os processos rescisórios, pois é certo que não pode ter um contrato em cima do outro. Porém, existe trabalhador na AP 2.1, por exemplo, que já rescindiu o contrato no dia quatorze do mês passado (de abril), como data retroativa ao dia primeiro e, até o momento não recebeu as suas verbas rescisórias. Para deixar claro a todos os conselheiros, a situação pela qual passam os trabalhadores, que praticamente todos eles (os trabalhadores) não tiveram o seu FGTS depositado no último trimestre. O FGTS foi recolhido em folha e não foi depositado na conta dos trabalhadores. O E-Social desses trabalhadores não constam por uma justificativa técnica da RioSaúde de que seu programa de folha é incompatível com as atualizações do E-Social. Explicou que esses trabalhadores estão sendo dispensados, estão sendo demitidos e que no site do INSS, oficialmente o seu vínculo, ainda, não está oficializado como tendo existido e que ninguém consegue conferir se houve, de fato ou não, os depósitos referentes aos descontos do INSS que foram feitos em folha. Que não têm uma previsão para esses trabalhadores de quando irão receber os valores dessa rescisão e que precisam saber disso, até porque se uma das questões colocadas é o cuidado com o erário público, afirmou que esse atraso gera multa. A RioSaúde terá que pagar a multa mencionada no artigo 477 da CLT para todos esses trabalhadores porque não pagou as verbas rescisórias depois dos dez dias do término do seu contrato. Acrescentou que isso está acontecendo em diversas Áreas Programáticas. A maneira como a demissão foi comunicada aos trabalhadores não foi nada cuidadosa e respeitosa porque as pessoas não foram, de fato, comunicadas e não foram chamadas para uma conversa. Elas foram, simplesmente, chamadas para lhes dizer: – olha, você já estava demitido há uns dias e eu nem sabia. Falou, ainda, o que sabem da RioSaúde até o momento é que não há recursos e por essa razão precisam de um posicionamento da RioSaúde e da Secretaria Municipal de Saúde, obviamente, que é a responsável pela RioSaúde, inclusive financeiramente, de quando esses trabalhadores receberão as suas rescisões que já estão atrasadas. Entende que houve um processo administrativamente muito atrapalhado, coisas que viram acontecer muito na última Gestão, mas esperam muito mais competência da atual Gestão porque nesse processo atrapalhado em que a RioSaúde não paga as rescisões como deve pagar, a Organização Social entra, também, de maneira atrapalhada rodando a folha com erro, como por exemplo, o caso do profissional que recebeu setenta por cento do seu salário sem gratificações e não tem data para receber os outros seus dias trabalhados pela RioSaúde. Todas essas coisas, num contexto pandêmico, num contexto de aumento de sobrecarga de trabalho em que as pessoas não têm os seus proventos garantidos e que causam problemas sérios na moral dos trabalhadores. Informou, também, de outra questão mencionada na apresentação que diz respeito aos Técnicos e Agentes Comunitários de Saúde. Disse que a Subsecretária Ana Luíza Caldas coloca numa previsão já para esse ano, uma dobragem no número de técnicos, como se fossem 2 técnicos para cada equipe e o que entendem sobre isso é que, na verdade, na prática não é isso; o que houve foi uma certa manobra administrativa para permitir que os técnicos da RioSaúde que

vieram de um concurso da RioSaúde, que não podem ser dispensados, que optassem em permanecer na Atenção Primária e que pudessem pela migração serem direcionados para o sistema hospitalar de urgências onde poderão também ser contratados como segundo técnico pela Organização Social. Mas não estão vendo isso, por exemplo, na AP 2.2 que veio de Organização Social onde era técnico por equipe e ocorreu uma movimentação para contratar esse segundo técnico. Na prática veem que, realmente, não há um plano para que haja dois técnicos por equipe. Então, acha que isso precisa ficar claro. Disse que a mesma coisa acontece com relação aos seis Agentes Comunitários de Saúde por equipe; que os contratos estipulam de quatro a seis, porém, também não viram na prática até o momento, nenhum tipo de movimentação para que sejam, de fato, seis Agentes Comunitários de Saúde por equipe. Acha que isso merece ser esclarecido. Seguindo para o penúltimo ponto, a **conselheira Valeska Holst Antunes** falou da questão da incorporação dos Agentes Comunitários de Saúde pela RioSaúde. Disse que compreende a justificativa quanto a ideia de montar um cargo de estabilidade para esses Agentes Comunitários, porém, acredita que é algo extremamente frágil. Explicou a fragilidade mediante as seguintes perguntas que fez: 1) qual é o plano real de cargos, carreiras e salários dessa categoria? Porque para se pensar nisso, a primeira coisa que tem que se respeitar é o piso e não se pode começar plano de cargos, carreiras e salários quando não se respeita sequer o piso nacional. 2) qual é o plano de progressão de carreira? Qual é o plano de qualificação desses Agentes Comunitários? Eles são uma profissão, mas não vêm de uma formação prévia e 3) qual é o plano de incorporação de gratificações por tempo de serviço? Por qualificação? Dirigindo-se ao Sr. Ricardo Fernandes disse que entende que isso não está pronto, que essas respostas não virão dele, mas a Prefeitura precisa apresentar esse retorno. É uma demanda que precisa ser atendida. Lembrou que os Agentes Comunitários de Saúde precisam receber os seus vales alimentação. O vale alimentação não pode vir junto com proventos, tem que ser pago em separado e antes do início do mês trabalhado. Por último, sobre um dos slides que fala da ética, das relações de trabalho e do respeito, que precisa dizer que não é esse o feedback do retorno que recebem dos trabalhadores que estão na ponta. Acha que seria muito interessante que pudessem pensar em alguma maneira de estabelecer, por exemplo uma câmara permanente de discussão sobre assédios porque recebem muitos relatos nesse sentido e por isso acha que este pode ser um encaminhamento interessante. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, chamou a última inscrita, a **conselheira Elizabeth Guastini**, com a palavra, disse que a explanação feita pela conselheira Valeska Holst Antunes a contemplou em muitas partes. Porém, existe uma situação que deseja colocar e que diz respeito aos enfermeiros que são da RioSaúde e estão impedidos de migrar para o contrato com a Viva Rio, pois estão sendo exonerados pela RioSaúde em virtude do término do contrato. Explicou que esses enfermeiros desejam ser aproveitados num hospital ou numa UPA ou ainda num CER, seja lá onde for. Entretanto, só entra no contrato da Viva Rio, aqueles que saíram do contrato com a RioSaúde. Enfim, esses enfermeiros querem ter a possibilidade de continuarem na RioSaúde, mas em outro local para que possam entrar na Viva Rio e serem aproveitados. Eles alegam que é por conta da carga horária, mas a carga horária é possível, não tem que impedir. Enfim, deseja saber da possibilidade dos dois vínculos porque é um direito. Não podem impedi-los de terem esse direito. Prosseguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, passou a palavra ao **Sr. Ricardo Fernandes** que deu início aos esclarecimentos atendendo, primeiramente, ao Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, Felipe Vieira dos Santos. Então, quanto aos contracheques, esclareceu quem tem contracheque é alguém que é contratado sob a égide da CLT. O RPA não tem contracheque e, por isso o documento de pagamento emitido para eles, vem todo aglutinado num valor só e, se fizermos a comparação com qualquer outra categoria ou qualquer outra pessoa da categoria que está contratado pela RioSaúde,

veremos que o valor recebido corresponde ao somatório do salário com o vale transporte e vale alimentação. Em relação ao piso salarial, disse que a RioSaúde tem processo montado para poder fazer o ajuste no valor do piso. Esse processo já foi enviado para a Secretaria Municipal de Saúde e, agora, voltou em diligência. Explicou que a RioSaúde trabalha sob a forma de convênios que celebra com a Secretaria Municipal de Saúde e tudo aquilo que ela (a RioSaúde) paga aos seus trabalhadores, é conforme as regras que estão estipuladas nesses convênios e nesses vários convênios que tem. Quando foi feito o convênio que suporta financeiramente a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde, a RioSaúde ainda não tinha o valor reajustado atual que é de R\$ 1.550,00, se não se engana de acordo com a Lei que passou a vigorar a partir de primeiro de janeiro. Esclareceu ainda que, na verdade, o que solicitaram à Administração Direta foi uma análise de modo que esse valor seja repassado aos Agentes Comunitários de Saúde retroativamente a primeiro de janeiro. Sabe que terão que aguardar para ver como ficará a tramitação desse processo porque ele tem que ser submetido a diversos Órgãos de Controle, como a famosa CODESP - Comissão de Controle de Despesa com Pessoal, uma Comissão que entrava muito o processo para dar prosseguimento da forma como pretendem que seja, mas sempre buscando fazer esse controle do gasto público. Diante desses dados, acrescentou ter que aguardar a tramitação desse processo porque, infelizmente, ele (o Ricardo Fernandes) não consegue imprimir dinheiro e, se não tiver um Convênio que suporte esse aumento dos Agentes Comunitários de Saúde, a RioSaúde não consegue pagar e a questão é somente essa: a conta não fecha. Sobre a contratação direta, disse que será feita com a data de hoje (a do dia da reunião em tela), porque foi nesse dia que saiu o autorizo do prefeito. Disse que existe somente uma questão burocrática que será tratada e, então, a partir dessa data, todos os trabalhadores contratados por RPA na Área Programática da AP 2.2 terão a carteira assinada como trabalhador da RioSaúde contratado em caráter temporário. Sobre os questionamentos do conselheiro Marinaldo Silva Santos, que dizem respeito ao concurso público, explicou para que haja concurso público na Administração Direta é necessária a criação de vagas por Lei. Já na RioSaúde não precisa ser por meio de Lei. O Conselho de Administração da RioSaúde estando atrelado a algum recurso que esteja consignado a determinado convênio ou termo, consegue realizar a contratação por meio de concurso público em um processo um pouco mais simplificado e mais rápido. Porém, com todas as questões que foram colocadas pelos conselheiros de que é algo que não gera estabilidade. Esclareceu que, apesar de não gerar estabilidade, o concursado da RioSaúde tem diversas prerrogativas, como por exemplo: a RioSaúde já saiu das Áreas Programáticas 2.1, 3.1 e 3.3 e lá, a RioSaúde tinha trabalhadores concursados que agora estão sendo remanejados para locais onde há vagas dentro da Rede e esses concursados têm prioridade sobre os demais da seguinte forma: se existir um enfermeiro no CER Barra que é contratado em caráter temporário e a RioSaúde tiver um concursado enfermeiro da Atenção Primária, esse concursado tem a prerrogativa de se sobrepor a vaga do temporário. Nesse caso, se não houver vaga disponível, a RioSaúde tem que mandar embora o contratado temporário para que o concursado preserve o seu vínculo com a RioSaúde. Daí se nota que, por mais que o concursado não tenha a estabilidade igual ao servidor público, ele tem prerrogativas e isso é muito bom. Acrescentou que não tem a menor dúvida de que o fato de estar criando a carreira de Agentes Comunitários de Saúde como carreira de concursado é uma conquista e um avanço para todos. Na verdade, na Administração da RioSaúde ficam muito sobre esse modelo híbrido, tendo a legislação trabalhista que puxa coisa para um lado e, ao mesmo tempo tendo que de, certa forma, fica atrelado aos princípios norteadores da Administração Pública como um todo. Explicou que todas as ações que a RioSaúde toma têm que ser respaldadas pela Responsabilidade Fiscal, ou seja, não se pode sair assumindo despesas que não tenha lastro para alçá-las. Contou que muitas vezes chegam para a RioSaúde pedidos, solicitações e até mesmo

de Sindicatos, mas para que possam ser atendidos é necessário o dever de ter a responsabilidade fiscal e para isso é preciso ter uma fonte, é preciso saber de onde virá aquele recurso para que possa atender ao pedido. Sem saber de que fonte vem os recursos, os gestores serão responsabilizados, pois poderão estar apagando um incêndio momentâneo e criando um rombo orçamentário para o futuro na empresa que a levará, simplesmente, ao caos. Por isso, tentam sempre manter o equilíbrio zelando pelos recursos públicos e, também, zelando pelos trabalhadores deles. Disse que está há um mês na RioSaúde e que é muito sincero quando fala da impressão pessoal que tem sobre como as pessoas lá (na RioSaúde) têm uma visão de tentar ajudar os seus colaboradores. Citou, então, a vice-presidente e o presidente que sempre têm atitudes que demonstram querer ajudar, tentar fazer com que a coisa aconteça, porém encontram limitações até porque não podemos esquecer em momento algum, que a RioSaúde está vindo de uma gestão desastrosa e que na verdade, teve um crescimento gigantesco em termos de quantitativo de pessoal. Informou que, até dois anos atrás a folha de pagamento da RioSaúde tinha cerca de dois mil a três mil trabalhadores e ela pulou para além de dezesseis mil trabalhadores em um período de menos de um ano e meio, sem que a estrutura da RioSaúde fosse acompanhada de um fortalecimento. Falou que a Secretaria da Administração Direta que tem o menor número de pessoas trabalhando, tem muito mais trabalhadores que a própria RioSaúde, que, além de fazer todo o trabalho da ponta é o nível Central de RH, também. Na Prefeitura tem o Nível Central de RH e tem as Secretarias que têm os Órgãos Setoriais de RH que fazem o trabalho da ponta, enquanto a RioSaúde assume os dois papéis e tem um quantitativo muito inferior de pessoas quando comparado às Secretarias. Em relação à reclamação da conselheira Valeska Holst Antunes que diz respeito ao atraso das rescisões, esclareceu que a conselheira tem razão e que não a está desmerecendo e admite que está com atraso, sim, porque houve um quantitativo enorme de pessoas que foram embora em abril e a rescisão delas ainda depende de muitos cálculos manuais para ser realizada. Existe, ainda, outro detalhe para ser associado a esses fatos. A RioSaúde acabou de fazer uma transição de sistema em um período conturbado em que muitos trabalhadores estão saindo e muitos trabalhadores estão entrando. Contou que a equipe de trabalho dele durante o mês de abril trabalhou até às vinte e uma horas, vinte e uma horas e trinta minutos por vários dias para fazer com que a folha de pagamento entrasse no sistema novo, que é o primeiro passo para entrar no E-Social. Informou que o novo Sistema se chama ERGON. O antigo era arcaico, um sistema em D.O.S. e que não dar para entender como ainda estava implantado numa empresa igual a RioSaúde. Esclareceu, também, que foi um projeto que demorou dois anos para ser implantado e que é complexo fazer a transição de sistemas, pois que a folha da RioSaúde tem cento e cinquenta mil linhas, algo muito complicado de ser feito, mas conseguiram concluir a primeira folha no Sistema ERGON no dia trinta de abril. Também prevê que, talvez, em três meses já estejam com essa situação regularizada. Acredita ser um prazo viável, embora a equipe dele (do Sr. Ricardo Fernandes) esteja defasada em termos de quantitativo de pessoas, apesar de ser uma equipe que está sobrecarregada em termos de número de tarefas a fazer em meio a uma transição para um sistema muito mais robusto (que é para o bem dos funcionários) associada a um momento em que milhares de pessoas estão saindo e milhares entrando na RioSaúde. Reafirmou que, infelizmente, as rescisões realmente estão atrasadas e que tem ciência disso, mas estão se desdobrando para tentar salvar e não prejudicar os ex-funcionários da RioSaúde. Também, sobre outra pergunta da conselheira Valeska Holst Antunes, que se refere à escolha do modelo da Organização Social, o **Sr. Ricardo Fernandes** disse que entende que essa resposta tem que ser dada pela Secretaria Municipal de Saúde, mas acredita que, a princípio, não existe modelo bom ou ruim; que todos os modelos têm suas vantagens e desvantagens e, muitas vezes, vê as Organizações Sociais como uma forma organizacional mais ágil, tendo os seus poréns, mas no geral elas são mais

ágeis para tomar algumas ações que são demandadas pelo Poder Público. Em relação a algumas pendências de FGTS e INSS de 2020, disse que fazem parte da herança maldita que tiveram na RioSaúde e que estão pleiteando junto à Secretaria Municipal de Saúde os recursos para pagar esses valores, pois estão correndo atrás desses recursos apesar de terem ao mesmo tempo, um cenário de grandes restrições financeiras. Falou que, diante desses fatos, priorizam não deixar atrasar os salários dos trabalhadores porque sabem que um atraso de salário é mais prejudicial para os trabalhadores do que alguns outros pontos. Em relação à pergunta da conselheira Elizabeth Guastini sobre os enfermeiros, disse que com a saída da RioSaúde das Áreas Programáticas 2.1, 3.1 e 3.3, abriram um processo de remanejamento para os trabalhadores concursados porque conforme teria falado, anteriormente, os concursados têm prerrogativas. Explicou para mandar embora um concursado, têm que primeiramente se certificar de que na RioSaúde não há nenhum contratado temporário numa vaga semelhante. Se tiver, quem é mandado embora é o trabalhador contratado temporariamente porque os concursados têm preferência para ficarem na RioSaúde. Em relação à manutenção de dois vínculos na mesma Área Programática, disse que, no momento, não é possível porque a Organização Social, agora possui objeto. Por exemplo: a RioSaúde não tem nenhum convênio celebrado para contratar enfermeiro em Área Programática porque Técnico de Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde e Assistente Administrativo têm, mas não têm mais previsão de manter nenhuma outra categoria nas Áreas Programáticas onde as Organizações Sociais estão assumindo. Por isso, não é possível manter o vínculo com a RioSaúde e com a Organização Social. Então, caso a Organização Social assuma o objeto, será ela (a Organização Social) a responsável pela contratação e pela gestão funcional das demais categorias que não essas três que mencionou anteriormente. Em seguida, o **Sr. Ricardo Fernandes** perguntou se foram respondidos todos os questionamentos que foram feitos? Então, a **conselheira Elizabeth Guastini**, com a palavra, disse que deseja se reinscrever para falar, ainda, sobre o assunto se a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes caso, permita. Então, disse achar que a pergunta que fez não deveria ter sido dirigida a ele (Sr. Ricardo Fernandes) e, sim, para as pessoas que estão presentes à reunião e representando o Secretário Municipal de Saúde. Falou que teria entendido a colocação feita pelo Sr. Ricardo Fernandes sobre o remanejamento desses profissionais para outra Unidade com o objetivo de dar prosseguimento ao contrato com a RioSaúde, mas não está entendendo o porque da Organização Social Viva Rio estar impedindo que os profissionais de Saúde se inscrevam para o processo seletivo, só porque estão ligados à RioSaúde. Disse que no seu entender, a Viva Rio não pode impedir isso porque são duas coisas diferentes. Assim sendo, pediu que sua pergunta seja respondida por quem está representando o Secretário Municipal de Saúde, antes do encerramento da reunião. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** tomando a palavra, lembrou que a Subsecretária de Atenção Primária, também, irá falar e assim poderá responder as outras perguntas, inclusive essa da colega (conselheira Elizabeth Guastini). O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva**, também, tomando a palavra disse que está aguardando a resposta. A seguir, a **Subsecretária de Promoção, Atenção Primária Ana Luíza Caldas**, após cumprimentar a conselheira Elizabeth Guastini, pediu para voltar ao ponto que o conselheiro Marinaldo teria falado referente à escolha feita pela troca do modelo. Disse que, de fato, é muito em cima do que o Sr. Ricardo já teria elucidado. Esclareceu que têm nas Organizações Sociais uma maior agilidade, principalmente, para a prestação de contratos e consumos das Unidades. Explicou que contratos e consumos são todos os serviços que prestam que não seja somente RH (Recursos Humanos). Informou que a locação predial que temos está há mais de dois anos sem renovar e com isso, temos diversos focos de incêndio quase que diários em algumas Unidades nos aparelhos de ar condicionado. Temos também a ausência de mão-de-obra no desabastecimento na grade de insumos e que deveriam ter sido

repostos desde o início do convênio em fevereiro de 2020. Temos ainda o desabastecimento sistemático muito por conta de uma ausência de expertise na própria RioSaúde e, não que seja por culpa dela, mas muito por conta desse passado imediato. Esclareceu que as cinco maiores Áreas de Planejamento sem aumento do próprio RH inteiro, saiu de 2.500 para mais de 17.000 colaboradores como foi fadado a não dar certo o modelo. Falou que, nesse momento, o que estão preconizando nessa Gestão, de fato, é para a Atenção Primária com a reestruturação pelo modelo que consegue ter maior agilidade, maior reestruturação, principalmente estrutural das Unidades. Contou que, hoje, entram em diversas salas de imunização em plena pandemia sem uma climatização. Temos diversas Unidades, também, sem climatização em nenhum consultório e que não precisam ir muito longe. Disse que esse quadro dá a ela uma desassistência no abastecimento de medicamentos porque não consegue mantê-lo por muito tempo. Na imunização, acaba gastando mais com logística diária com as vacinas em algumas Unidades e isso sem contar outros pormenores que todos sabem que impactam diretamente na assistência que prestam. Entende que esse não é o modelo ideal e que faz, também, ressalvas a ele (ao modelo escolhido), mas nesse momento, com o que têm de cenário de viabilidade orçamentária é o que conseguem dar para prestar uma assistência mínima de qualidade à população que deveria estar sendo assistida e não está. Acrescentou que podem trabalhar e conta, inclusive, com o auxílio do Conselho Municipal de Saúde para fomentar isso. O nosso Plano Municipal de Saúde, vou me colocar à disposição para auxílio e para construção porque acredito ser fundamental, principalmente, para a gente rever a LOA, rever o Plano e as Metas que são factíveis de fato e ver se consegue impactar ou não com as outras pastas e não somente a Fazenda, pois estamos falando de outras metas sociais e assistenciais. Nesse momento, mais uma vez, esse modelo foi o que a gente conseguiu para contemplar o que precisamos de respiração para as nossas Unidades na Atenção Primária por conta do aumento de todos os convênios que vêm sendo firmados de leitos na rede hospitalar de Urgência e Emergência com a própria RioSaúde, inclusive o próprio convênio dos Agentes Comunitários de Saúde, Assistentes Administrativos e Técnicos de Enfermagem. Quanto ao que foi colocado sobre os Técnicos de Enfermagem, disse que não discorda da fala da conselheira Valeska Holst Antunes quando informou que não vem sendo praticado o índice de dois Técnicos por equipe. De fato, houve essa confusão, inclusive, pela própria Organização Social de querer captar e fazer admissão direta do próprio Técnico de Enfermagem que já estava vinculado à Unidade. A gente chamou as Organizações Sociais e fez-se a interlocução clara e simples com eles. Eles podem sim, fazer a admissão desses Técnicos de Enfermagem, caso esses Técnicos de Enfermagem vinculados ao convênio prévio com a RioSaúde sejam concursados pela RioSaúde e caso eles queiram. Fora isso a gente não consegue admitir o mesmo Técnico de Enfermagem. O primeiro ponto é o concurso que é simplificado pela RioSaúde porque eu não sei qual é a nomenclatura que se usa oficialmente se ele é celetista. Esse técnico concursado da RioSaúde que tem Carteira assinada com a RioSaúde é diferente do concursado da Administração Direta, que faz o concurso, mas não tem a Carteira de Trabalho assinada. Isso impacta em algumas Leis Trabalhistas que têm limites de carga horária com o profissional que atua. A gente está falando de concurso público de Técnicos de Enfermagem que é da área hospitalar com 30 horas semanais e que foi adaptado lá atrás para poder contemplar esse banco de concursados para 40 horas semanais para atuarem na Atenção Primária. A gente pode, sim, reaver essa carga horária para iniciar outro concurso para 30 horas. Porém, na Atenção Primária, se eles continuarem a fazer atuação, obrigatoriamente, terão que ser 40 horas semanais e farão o somatório de 2 vínculos celetistas. Entretanto, 70 horas de carga horária semanal não é permitido. Disse que ninguém está colocando a corda no pescoço de quem estava ou está concursado pela RioSaúde. A questão é o vínculo para Atenção Primária que, obrigatoriamente, pela Organização Social é de 40

horas semanais. E aí, a não ser que esse profissional concursado pela RioSaúde queira trabalhar em Regime de Plantão ou em outros tipos de vínculos que não sejam na Atenção Primária mas que, infelizmente, é algo que não conseguem contemplar porque foge das possibilidades que têm, enquanto Secretaria. Acrescentou que ninguém está impedindo que esses profissionais estejam vinculados, seja na Organização Social ou seja mantendo seu vínculo com a RioSaúde desde que sejam as categorias que, hoje, tenham convênio firmado, conforme o Sr. Ricardo Fernandes reiterou anteriormente (Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos de Enfermagem e Assistentes Administrativos). Para além disso, que vêm trabalhando com Contrato de Gestão e que foram avaliados pela CODESP. Prosseguindo, informou que alguns entraram em diligência porque já existem contratos em vigência e todos têm na descrição da função da categoria dos Agentes Comunitários de Saúde a proporção de um Agente Comunitário de Saúde (se não lhe falha a memória) de quatrocentos e cinquenta para setecentos e cinquenta indivíduos cadastrados. Explicou que se tiverem uma equipe que tenha três mil e quinhentos cadastrados, por exemplo, essa equipe terá seis Agentes Comunitários de Saúde. Se têm menos pessoas cadastradas, terão menos Agentes Comunitários de Saúde. O que pautaram em todos os contratos de Gestão é a métrica de um contrato. O terceiro é referente ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva que perguntou pelo “chat” se houve mudança no sistema de contratação dos Agentes Comunitários de Saúde e se o Agente ainda tem que ser morador no território ou se ele pode morar na China e trabalhar na Inglaterra? A **Subsecretária de Promoção e Atenção Primária Ana Luíza Caldas** falou que essa pergunta é interessante porque isso, realmente, acontece e que aconteceu por bastante tempo, porém não é mais permitido. Esclareceu que continua em vigor a Lei 11.350 de 2006 que foi reiterada por portarias e emendas. Então, continua valendo a descrição territorial para a equipe e, conseqüentemente, para o Agente Comunitário de Saúde que precisa residir na área de abrangência da Unidade em que está vinculado e isso está pautado, inclusive, com a RioSaúde que vem fazendo a interlocução com a Secretaria Municipal de Saúde para formalizar o concurso para Agentes Comunitários de Saúde. Quanto ao que o Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, Felipe Vieira dos Santos que também é do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e que também escreveu no “chat”, entende que é mais do que justa e necessária a participação deles para fazer a interlocução, antes de ser colocado na rua o Chamamento para concurso público para Agente Comunitário de Saúde. Nesse sentido, a gente tem o curso técnico de Agentes Comunitários de Saúde fomentado pelo Ministério e estamos nessa mesma linha das prerrogativas em que eles colocam o curso como sendo não somente ele mas que tem uma parte de carga horária de aula EAD (à distância) e também uma parte presencial que não é uma carga horária pequena, ou seja, a carga horária é de 12 horas. É um curso técnico de fato, principalmente para podermos ter um plano de carreira vinculado a essa categoria que a gente está conseguindo agora minimamente fomentado pelos direitos que a categoria conseguiu ao longo do tempo. Quanto ao que foi colocado por alguns conselheiros no que diz respeito à Saúde Mental, a **Subsecretária de Promoção e Atenção Primária Ana Luíza Caldas** disse que a conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal fará esse encaminhamento no final porque os contratos de Gestão ou mesmo os Convênios da Saúde Mental não estão sob a responsabilidade da Subsecretaria dela (da Subsecretária Ana Luíza Caldas). Explicou que existem três CAPS (Centro de Assistência Psicossocial), dois do tipo III e um do tipo II, que estão na Atenção Primária. São os que estão na mesma estrutura física das Unidades de Atenção Primária e, também, compartilham estrutura física com a UPA. São os chamados grandes complexos a saber: Rocinha, Alemão e Manguinhos. Acrescentou que fora esses, todos os demais contratos e convênios que estão na Superintendência de Saúde Mental, que não é da SUBPAV e sim da SUBHUE. Entende, portanto, que não seja justo falar sobre esse assunto sem a presença na reunião de um

representante da Subsecretaria de Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência. Em seguida, a **suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal**, com a palavra, disse que está achando ótima essa conversa com a Subsecretária de Atenção Primária e a RioSaúde sobre o tema abordado. Contou que a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki, no dia anterior, encaminhou a agenda da Câmara dos Vereadores e que foram surpreendidos porque não houve convite da Câmara. Disse que, após verificarem a pauta na agenda, enviaram-na, rapidamente, para os conselheiros e quem teve a oportunidade de assistir, testemunhou a fala do Secretário Municipal de Saúde sobre o modelo de Gestão. Informou quem não assistiu, poderá fazê-lo pelo YouTube porque está gravado lá. Disse achar que a fala do Secretário Municipal de Saúde na Câmara irá complementar a fala da Subsecretária de Atenção Primária e a fala da RioSaúde ocorridas na reunião em tela. Recomendou quem puder assistir, que o faça para poder organizar os pensamentos, conhecer melhor a proposta de Gestão da nova Gestão, que já é antiga, mas que, hoje, chega nova. Finalizou dizendo achar que a fala do Secretário Municipal de Saúde vai elucidar toda a compreensão sobre o tema; que, também, ouviu do Secretário que, realmente, a RioSaúde com os contratos temporários estava prejudicando muito a questão da gestão e que tem, ainda, dívidas trabalhistas pela RioSaúde que já vêm sendo sanadas pela Gestão e que ele se comprometeu a sanar as restantes gradativamente. Em seguida, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu ao Sr. Ricardo Fernandes, à Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância e



m Saúde, Ana Luíza Caldas e da suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal as explanações realizadas. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** tomando a palavra, perguntou se nesse ponto não teria nenhuma recomendação? **Membro do Colegiado que não se identificou**, disse que tem uma pergunta do Presidente do Conselho Distrital da AP 2.2 Felipe Vieira dos Santos, que não foi respondida pelo Sr. Ricardo Fernandes e que se refere a solicitação de contato com alguém na RioSaúde para que os funcionários possam obter informações sobre pagamentos e outras coisas mais diretamente? Então, o **Sr. Ricardo Fernandes**, em resposta, disse que como na RioSaúde tem um quantitativo muito reduzido de pessoal, no geral, pedem que todas as solicitações sejam encaminhadas, inicialmente, por e-mail porque as demandas são inúmeras. Contou que sua equipe de folha tem cerca de vinte pessoas para cuidar de dezesseis, dezessete mil funcionários e que, a partir do momento que a RioSaúde está sem telefonia fixa, seus funcionários têm que usar o celular pessoal para assuntos do serviço, ficando uma situação, realmente, muito constrangedora e acaba gerando uma invasão de privacidade. Por isso, pedem que sejam encaminhados os e-mails para o e-mail [sededp.riosaúde@gmail.com](mailto:sededp.riosaúde@gmail.com). Quando acontecer de aparecer algum problema que seja necessário falar com o Recursos Humanos, informou que a RioSaúde tem os representantes do Departamento Pessoal que ficam nas Áreas Programáticas. Por fim, acrescentou que pode tentar saber quem é o representante na AP 2.2 e passar o contato para os conselheiros. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, pediu ao Sr. Ricardo Fernandes o favor de colocar o e-mail citado acima no “chat”. Em seguida, o **conselheiro Abílio Valério Tozini**, com a palavra, disse que deseja fazer uma questão de Ordem. Que, depois de feita toda essa apresentação é necessário tirar uma recomendação para que as pessoas sejam tratadas com mais cuidado do que estão sendo tratadas quando na troca de Organizações Sociais por RioSaúde e vice-versa. Alegou que as pessoas não são gado que vai de um lado para outro. Os profissionais de saúde estabelecem relações humanas com as pessoas nas Unidades. Falou que gostaria que o responsável pela AP 2.1 viesse conversar nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde da citada AP sobre esses remanejamentos feitos de forma aleatória, que rompe vínculos e laços que foram traçados. Isto posto, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou ao conselheiro se sua questão de Ordem é recomendando que essa pessoa se apresente ao Conselho da Área ou a CAP? Então, o **conselheiro Abílio Valério Tozini** respondeu-lhe que se apresente ao Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 e procure por ele (conselheiro Abílio Valério Tozini) ou pela Presidente do Conselho, Maria Edileusa Braga Freires para que conversem sobre essa entrada de Organizações Sociais e a saída da RioSaúde e vice-versa para que, na medida do possível, os profissionais que estejam na Unidade não sejam remanejados sem uma conversa mais aprofundada. Após, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou à conselheira Valeska Holst Antunes se entendeu a solicitação do conselheiro e ela (a conselheira Valeska Holst Antunes) disse que sim, mas que a decisão é do Conselho Distrital. Com a palavra, a **suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal**, dirigindo-se ao Sr. Ricardo Fernandes, disse que representando a SMS, gostaria que ele solicitasse às pessoas que fazem o vínculo de Recursos Humanos em cada território, que dê uma atenção especial às pessoas que estão com dúvidas, melhorando assim a comunicação com as pessoas. Agradeceu a presença dele (do Sr. Ricardo Fernandes) e disse que foi fundamental e que tem a certeza de que ele levará essa solicitação do Conselho. Agradeceu, também, a presença da Dra. Ana Luíza Caldas dizendo que é sempre muito bem vinda nesse Conselho Municipal de Saúde e que ela (a suplente Liliane) está recebendo um monte de puxão de orelha porque a Dra. Ana Luíza precisa entrar em outra reunião e ela (a suplente Liliane) pediu que atrasassem dada a importância da pauta do Conselho. A **Dra. Ana Luíza Caldas** agradeceu, também, a todos os

presentes e disse que enviou a apresentação juntamente com o e-mail de contato para o caso de ainda restarem dúvidas para a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki remetê-la a todos os conselheiros. Lembrou ao Sr. Ricardo Fernandes que tem uma solicitação no “chat” para que seja informado o e-mail do RH de cada CAP, utilizado para informações aos colaboradores vinculados a Convênios e para as devolutivas das demandas na Atenção Primária. Com a palavra, o **Sr. Ricardo Fernandes** falando que foi essa a situação que gerou nele o desconforto porque teria que dar como contato o telefone pessoal de agentes. Com relação ao pedido do conselheiro Abílio Valério Tozini, disse que o nome da pessoa é Iranele e que representa o Departamento de Pessoal na AP 2.1. Reafirmou que fica constrangido de dar o número de telefones celulares das pessoas e, por isso, informará só o e-mail. A **Subsecretária de Promoção e Atenção Primária Ana Luíza Caldas**, esclareceu que é somente o e-mail que está sendo solicitado, no caso o e-mail de cada CAP e que também precisa dele por conta de demandas de colaboradores que ficarão vinculados à Atenção Primária. A **conselheira Valeska Holst Antunes** informou a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki que o conselheiro Abílio Valério Tozini propôs dois encaminhamentos e acha que podem somente validar. Prosseguindo, fez a leitura separada dos dois encaminhamentos. O primeiro encaminhamento é sobre a recomendação aos Conselhos Distritais de Saúde (CDS), que estão passando ou que têm planejamento de passar em breve por essa situação de transição para que pautem essa discussão nos CDS para poder discutir às particularidades de cada Área Programática. O segundo é sobre uma manifestação pública do CMS/RJ em solidariedade aos trabalhadores pela maneira como está sendo feita essa transição. Por exemplo, a questão de não honrarem com os pagamentos rescisórios. E, aí terão que elaborar um terceiro encaminhamento, que deverá ser uma solicitação do Pleno de que o Grupo de Trabalho de Reestruturação da Atenção se reúna e estude com mais profundidade o tema e traga posicionamentos para as próximas reuniões. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que só faltou falar de um dado do primeiro encaminhamento, ou seja, faltou falar que o pessoal da transição, isto é, OS's e RioSaúde participem da reunião de cada Conselho Distrital de Saúde. A **conselheira Valeska Holst Antunes** concordou e explicou que esse papel cabe a cada conselheiro distrital convocar. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** salientou que os conselheiros distritais não sabem a quem convocar, pois ninguém apresentou algo para os conselheiros distritais. Salientou que só avisaram que sairia a RioSaúde e que entrará a OS “tal”, sem dizer de onde é. Prosseguindo, informou que ninguém se reuniu com os conselheiros distritais para comunicar algo, para discutir e apresentar. O que fizeram foi uma apresentação meio fechada. Ressaltou que começaram as reclamações, pois os usuários estão reclamando da saída de profissionais atenciosos e carinhosos que estão indo embora. Perguntou como os conselheiros distritais farão essa convocação porque as pessoas desenvolveram vínculos, ainda mais com profissionais de saúde? Informou quando o paciente chega a uma unidade de saúde, o profissional de saúde já sabe o que aconteceu na consulta anterior. Por exemplo, o que receitou e o que não receitou. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que os encaminhamentos serão esses, a princípio, mas não sabe se aprovam por bloco ou um por vez. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que podem aprovar por bloco. Contudo, indagou para quem farão o encaminhamento? RioSaúde, Subsecretária ou Coordenadores? A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que irão encaminhar para os Coordenadores dos CDS, pois o Pleno pode recomendar aos CDS que pautem. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse que a maior parte das unidades de saúde tem cada uma um Conselho local. Por exemplo, os conselheiros municipais participam do Conselho do Hospital Municipal Rocha Maia (HMRM), mas com a pandemia nunca mais se reuniram. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima**

**Gustavo Lopes** informou quem faz isso é o Conselho de Gestores da unidade de saúde. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse que os Conselhos Gestores têm que ser reativados, pois se os Conselhos Gestores das unidades de saúde tivessem sido ativados, esse Conselho Gestor poderia fazer um melhor acompanhamento. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** tomou a palavra explicando que esses Conselhos Gestores são do Ministério da Saúde (MS). São federais. Então têm que fazer um documento para o representante do MS. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** pediu para colocar um novo item: que sejam reativados os Conselhos Gestores das unidades de saúde. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que os Conselhos Distritais de Saúde podem convidar os conselheiros gestores das unidades de saúde para participarem de suas reuniões distritais. Ressaltou que isso fortalecerá o CMS/RJ. A **Presidente do CDS da AP 2.1 e conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** disse para a conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal quando tinha Conselhos Gestores na AP 2.1, poucos foram aqueles que convidaram os conselheiros distritais. Por exemplo, são cinco unidades de saúde com gestores, mas participa apenas de um Conselho Gestor de uma unidade de saúde. As demais nunca convocaram a gente. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** recomendou que as unidades de saúde reativem os Conselhos Gestores e convidem o Conselho Distrital de Saúde respectivo, ou seja, da mesma Área Programática. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** pediu ao conselheiro Abílio Valério Tozini e a conselheira Valeska Holst Antunes que cada um envie sua parte por escrito sobre o que falaram. Prosseguindo, colocou em votação as três recomendações em bloco, que foram aprovadas por maioria simples.

**Ponto 4:** Ponto fixo sobre a Covid-19. Nesse momento, o **representante do Complexo Regulador do município do Rio de Janeiro, Paulo Leonardo Ferreira** deu início a apresentação sobre a situação de pessoas em fila aguardando leitos de Covid-19, leitos de SRAG (Painel de Leitos) e a taxa de ocupação e internações, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final da apresentação a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** agradeceu aos integrantes do Complexo Regulador do município do Rio de Janeiro por trazer em tempo real a situação do município do Rio de Janeiro e disse achar que isso é muito importante. Ressaltou que sentiram na fala feita pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Daniel Soranz, uma pressão menor nas urgências e emergências por atendimento. Informou que estão muito longe de um “pool” de pandemia, mas esperam que realmente isso seja o começo de alguma “luz no fim do túnel”. Devido a problemas técnicos para iniciar a segunda apresentação, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** com a anuência da Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes, adiantou o **Ponto 5:** Substituição da titular e escolha de suplente no Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna. Informou que esse ponto veio por uma solicitação, via e-mail, da conselheira Neide Maria Neres Tinoco. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que em primeiro lugar, antes de iniciar sua fala em relação a esse ponto, que estava tentando entrar com a inscrição via “chat” e que não estava conseguindo, pois dava uma mensagem que não permitia sua inscrição para falar. Ressaltou que fotografou tudo para mandar e verem o que estava acontecendo. Então fica difícil a gente se manifestar desse jeito, pois no Conselho onde não pode se manifestar fica muito desagradável e que isso fica muito chato. Pediu a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki e a todos para que verifique o que está acontecendo para corrigir essa situação, por favor. Ressaltou mais uma vez que a questão do e-mail que o CDS da AP 5.2 passou (...), interrompeu o assunto para dizer que não estão aceitando via “chat” sua inscrição, pois está se escrevendo agora para falar no próximo ponto sobre a questão da Covid-19. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** esclareceu que já têm cinco pessoas inscritas em cada fala. Salientou que esse procedimento foi

decidido na reunião da Comissão Executiva devido ao tempo e, por esse motivo, tiveram que reduzir o número de inscritos. Em relação aos problemas técnicos com a conselheira Neide Maria Neres Tinoco, que já foi normalizado. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** concordou e respondeu que no próximo ponto já entrou com a inscrição, mas não estava sendo aceita. Entendam que foi isso o que estava querendo explicar porque do outro já passou. Disse que está se referindo ao próximo. Enfatizou que no próximo ponto estará se inscrevendo ao vivo porque dentro do “chat” não está sendo aceita sua inscrição. Prosseguindo com o assunto anterior, informou que gosta muito de trabalhar na coletividade do Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna. Por isso, vem apresentando desde o final do ano passado que não daria mais para continuar nessa titularidade, pois também não é válido que alguém ocupe um espaço onde não possa ser produtivo, pois não concorda e não quer estar nessa situação. Por isso, está saindo. Continuando, disse que através do e-mail relatou a seguinte manifestação: “declino dessa posição com relação ao Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna, abrindo espaço para que os nossos colegas conselheiros votem em outra pessoa e que possa fazer com bastante presteza, com bastante tempo e que tenha tempo hábil para essa condição, por estar nessa condição. Agradeço aqueles que depositaram em minha confiança. Agradeço a todos por essa oportunidade de ter me expressado e de ter estado nesse Comitê”. Ressaltou ainda que deixa expressa a sua situação de reclamação em relação a inscrição e já deixa também sua inscrição para o próximo ponto. Finalizando, agradeceu. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondeu para a conselheira Neide Maria Neres Tinoco, via “chat”, que o suposto bloqueio se deve ao fato de mandar mensagens privadas para o senhor Ricardo Fernandes da RioSaúde em vez de mandar para todos. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu para a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki colocar em votação. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que precisa explicar a votação, pois acha que não ficou explícito a votação para as pessoas. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que fará o encaminhamento agora. Prosseguindo, informou que a conselheira Neide Maria Neres Tinoco até o momento é a representante titular do Conselho Municipal de Saúde no Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna. Já a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida entrou no início do ano como suplente. Então a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida é candidata a titularidade porque está dentro, tem tempo e gosta. Por isso, iremos colocar em votação o nome da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para assumir a titularidade em substituição a conselheira Neide Maria Neres Tinoco. Lembrou ao Pleno que devido a mudança de titularidade, temos a vaga de suplente em aberto. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação o nome da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para assumir a titularidade do Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna, que foi aprovado por maioria simples. O Pleno parabenizou a conselheira eleita via “chat”. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** abriu a inscrição para quem quiser se inscrever para ser suplente. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que deseja convidar alguém para participar do Comitê de Saúde Materna, ressaltando que a reunião do Comitê não é todo o mês e sim a cada três meses. Informou que a presença dos conselheiros do CMS/RJ no Comitê tem uma importância muito grande do ponto de vista da conexão entre as áreas da saúde da mulher, pois as investigações que ocorrem e a forma como isso acontece também distribuído nas áreas de atenção. Então é importante ter um suplente que possa também estar presente nas reuniões do Comitê e que ainda possa dividir de certa forma as tarefas que têm em relação ao tema da Mortalidade Materna no município do Rio de Janeiro, em que pese a representação no CMS/RJ. Ressaltou

que está fazendo campanha para ver quem pode pegar essa suplência para caminhar junto no Comitê. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que estão abertas as inscrições para a suplência no Comitê e que façam o favor de colocar o nome no “chat” ou via microfone para quem tem interesse em participar do Comitê. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que ficou seis anos no Comitê onde aprendeu muito e foi muito bom. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** indagou se as reuniões do Comitê estão sendo feitas virtualmente? A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** respondeu que as reuniões do Comitê estão sendo nesse momento, “on-line”, inclusive a próxima reunião será sexta-feira, dia 14 de maio às 14h30m. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que ninguém se inscreveu. Então fica aberta a suplência que será colocada como ponto de pauta na próxima reunião. Prosseguindo, parabenizou a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** parabenizou a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida por participar do Comitê. Continuação do **Ponto 4: Ponto fixo sobre a Covid-19**. Dando continuidade, o **Coordenador do CIEVS Rio, Caio Ribeiro** deu início a apresentação do Boletim Epidemiológico Atualizado (BEA), utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Destaques resumidos da apresentação: 1) informou que o BEA, grupo que está sendo vacinado, as comorbidades e outras informações estão disponíveis no site [coronavirus.rio](http://coronavirus.rio). 2) informou que não recebem, periodicamente, um informe do Ministério da Saúde referente a quantidade de doses que chegará ao município do Rio de Janeiro. Por isso, o cronograma de vacinação às vezes muda e fica interrompido etc.. 3) pediram para que falasse sobre os especialistas. Então informou que têm reunião regularmente com especialistas de um Comitê que é de fora da saúde e que são pessoas da Fiocruz e das Universidades que sempre passam orientações oportunas, por exemplo: na última reunião os especialistas sugeriram a ampliação da testagem de antígeno que é um teste que sai na hora, um teste rápido. Afirmou que a prefeitura comprou testes de antígeno, inclusive sua equipe, a CIEVS foi responsável por distribuir hoje, 11 de maio, para todas as CAP's os testes de antígeno. O antígeno não está faltando, ao contrário, têm em todas as unidades de saúde e estão ampliando a testagem de antígeno. Por isso, é mais um insumo já que têm o PCR, o sorológico e agora tem o antígeno para testar as pessoas que procuram as unidades de saúde com sintomas. Outra situação envolvendo os especialistas foi a questão de surto em escolas. Disse que investigaram todos os surtos e sugeriram o isolamento porque têm o Protocolo Sanitário construído com a SMS e a SME. Mas a versão 1.3, desse protocolo teve mudanças e que está disponível no site “[coronavirus.rio](http://coronavirus.rio)” para quem quiser ler, pois nesse site falam sobre os critérios e caso tenha um caso sintomático em escola que irão afastar os alunos e os professores. Ressaltou que estão bem atentos às escolas, pois fazem reuniões periódicas. Quando tem um surto grande fecham a escola e que foi uma decisão da SMS e da SME. Explicou que estão bem atentos investigando e bem próximo para mostrar que estão atentos a questão também nas escolas, não só em relação a vacinação mas em outros territórios que estão abrindo porque as escolas a nível da OMS (Organização Mundial da Saúde) recebem essa recomendação. Então percebem a importância de abrirem escolas e deixar os alunos estudarem, mas sempre com os critérios sendo seguidos. Informou que estão se esforçando para seguir todos os critérios junto com a Educação (SME). Finalizando, disse que está a disposição para os esclarecimentos. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que vai passar a fala para alguns conselheiros que se inscreveram. O motivo é que a reunião vai terminar em quinze minutos. Apenas para informar, a conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal está guardando os diários oficiais para que os conselheiros acompanhem as atas do Comitê. Como recomendação e também

complementando o Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro, o Comitê sugere que na próxima reunião o Secretário da SME passe um panorama para eles de como está a situação. Agradeceu ao Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro por sua presença e pelos esclarecimentos dados. O **conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro** agradeceu a explicação do Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro e a todos os profissionais que estão presentes nessa plenária de hoje, porém como conselheiro municipal de saúde terá que fazer a seguinte observação. Acontece que nessa semana houve casos que tinham calendário, mas a data foi mudada complicando até a vida de quem estava a frente para atender a população local. Mas alguém irá dizer “poxa, você está falando isso, mas o Caio já explicou que depende dos insumos. É uma previsão. Você tem que entender, Marcelo”. Acontece que o Marcelo já trabalhou nas Forças Armadas. Já trabalhou em hospital de campanha e que têm todo o conhecimento e uma estrutura técnica na área de saúde para entender que dentro da clínica é um trabalho e que não está menosprezando e menos ainda para aqueles que estão trabalhando com a vacinação. Outra coisa que ocorreu foi que as pessoas formaram imensas filas num sábado ocasionando transtorno para as pessoas com comorbidade e pessoas idosas. E aí, vão falar: “mas o Marcelo tem que entender que a gente está numa pandemia”. Não, o Marcelo na verdade tem uma visão diferenciada. Como falou, tem uma formação militar. Primeiro ponto: cadê a divulgação com painéis ou carros ou carro de som para anunciar e contemplar essas lacunas que ficaram em aberto? Estamos falando da Cidade Maravilhosa que sediou a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Se fosse para anunciar um jogo, um esporte ou megaevento teriam recursos. A fala da semana que postou nos grupos, foi justamente para que a prefeitura entenda que a SMS está trabalhando. Mas na pandemia não é só a SMS que tem que “vestir a camisa”. A SMS precisa ter intersecretorialidade de outras secretarias para ajudar. E, o que aconteceu com uma fila enorme, que não tinha guarda municipal, não tinha força de segurança, pois a pessoa que atende no posto tem que ser o agente de segurança e mediador de conflitos. Mas a pessoa está trabalhando desgastada dentro da clínica e estava fazendo aquela avaliação de triagem. Então tem que vir um conselheiro municipal que não está recebendo, mas faz um trabalho do Controle Social, desculpa, ensinar como se trabalha. Então o que acontece se a SMS estiver precisando de apoio nos postos, como têm pessoas fora deles, que peça ajuda porque os profissionais de saúde que estão lá dentro correm o risco de serem agredidos, de sofrer uma violência por parte das pessoas, ou seja, a população quando sai de casa, sai com objetivo. Não estamos falando de uma cidade do interior que não tem internet, que não tem painel luminoso e não têm as outras pessoas para trabalhar. Quando é feriado e tem uma rotina extraordinária só o profissional da saúde trabalha. As pessoas das outras secretarias ficam em casa. Gente, vamos pedir ajuda, por exemplo, sábado vai ter vacinação e se a fila está enorme vai comprometer a clínica, aquele posto de atendimento. Vamos evitar que a população saia de casa sem informação cabível. Disse que não está criticando a SMS contra o lote de vacinação, contra a controle, contra isso e contra aquilo outro. Está falando que se os integrantes da SMS precisam de ajuda terão que colocar isso no relatório e falar que não está dando para trabalhar. Cadê a segurança para os profissionais de saúde e as pessoas que estão nos postos para atendimento e para atender a população? Vocês têm que dar valor aquelas pessoas que estão trabalhando nos postos de atendimento, pois se acontecer algo não tem como repor aquele profissional de saúde. Já não basta atrasar o pagamento, já não basta dar as qualidades que o trabalhador merece. Por favor, façam uma autoavaliação, respeite aquelas pessoas que estão trabalhando. Divulguem, usem carro de som, coloque a guarda municipal, use as outras secretarias. Porque somente o profissional de saúde tem que trabalhar, indagou? “Ah, não, todo mundo vai para a praia, vai passear e fica o profissional de saúde”. A pandemia é só do profissional de saúde, indagou? E todo

mundo recebendo. Negativo, sou contra isso. Finalizando, disse que esse é o seu desabafo. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que falará sobre dois apontamentos que são relevantes e agradeceu a equipe da Gestão por trazer esse panorama. Em relação ao primeiro apontamento, informou que além de estar agora indicada para titularidade do Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna, que representa o CMS/RJ no Comitê Técnico de Saúde da População Negra e que seus integrantes reivindicaram mais uma vez, que os dados devem ser apresentados com recorte de cor e raça. Mas os boletins epidemiológicos não trazem essa informação. Então já reivindicaram e o Comitê Técnico de Saúde da População Negra já se pronunciou em relação a isso para a Gestão anterior. Agora pede, por favor, que o CMS/RJ se manifeste para que os dados em relação aos boletins epidemiológicos devem constar por cor e raça, além do recorte de gênero. Isso é um dado relevante por ser um medidor importante da iniquidade na nossa cidade de como o Sistema de Saúde opera. Não é algo que possa ser excluído, pois é uma decisão e tem Resolução da SMS dizendo sobre isso. Informou que já tiveram uma apresentação no CMS/RJ ano passado sobre como havia. É importante esse dado e pede, por favor, que o CMS/RJ emita um posicionamento sobre isso. Está pedindo ao Gabinete da Saúde para que veja se consegue atender essa modificação que é muito expressiva, muito importante para que consigam seguir medindo a Atenção à Saúde em relação há outras iniquidades, que não passam só pela questão etária e de gênero. É um ponto que deseja colocar para poderem, por favor, reforçar. Em relação ao segundo apontamento, disse achar que a apresentação de hoje trouxe mais elementos políticos, mas ainda sente falta de como compreender as motivações que faz com que a Gestão tome decisões políticas em relação em abrir mais e abrir menos. É muito mais do ponto de vista de futuro, Caio Ribeiro (Coordenador do CIEVS RIO) e Paulo Leonardo Ferreira (representante do Complexo Regulador do município do Rio de Janeiro). É muito mais de entender como estão pensando o futuro e como compreender o que entregaram no Boletim Epidemiológico e ainda o que vem pela frente. Perguntou: quais são os prognósticos? Como os conselheiros podem auxiliar nossa categoria, nosso entorno a refletir sobre o futuro do município do Rio de Janeiro em relação a Covid-19? O que fazer com o futuro com a Covid-19? Ressaltou que têm muita preocupação com isso e deseja muito que possam como conselheiros parar para refletir sobre como vão pensar desse futuro que é futuro e presente ao mesmo tempo, pois estão vivenciando essa crise e deseja entender o que vocês pensarão nas próximas semanas. Estão todos nesse movimento e nesse momento é o movimento de decréscimo. Então deseja que apontem para os conselheiros o prognóstico, por exemplo, é claro que não têm certeza sobre vacinas, mas uma pergunta que a sociedade sempre faz é terminando os grupos prioritários no PNI dentro do quadro e, se mantendo um perfil de vacinação o que é o pós terminado dos grupos prioritários? Como a SMS pensa isso? Acha que isso é uma reflexão importante e que todos os conselheiros devem ter. O tempo todo as pessoas perguntam aos conselheiros e agora as pessoas de 59 anos que não têm comorbidades, fazer o quê? Acha que é uma questão que os conselheiros devem refletir. Quando indaga para os integrantes da Comissão Executiva é muito mais desse componente dos conselheiros conseguirem entender como a Gestão está pensando e não somente responder problemas do passado, do presente, como aqueles que o conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro trouxe tão bem para a reflexão dos conselheiros. Informou que a Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ enviou o Ofício nº 018/2021 no dia 05 de maio, endereçado ao Secretário Municipal de Saúde sobre a mudança de calendário de vacinação das Doulas. E, por meio desse documento solicitaram esclarecimentos sobre o calendário de vacinação municipal contra a Covid-19 para a categoria das Doulas, que se encontra dentro do grupo prioritário para vacinação do Plano Nacional de Imunização e para tanto descreveram abaixo como

ocorreu a vacinação da categoria das Doulas até o presente momento. Informou que esse ofício foi fruto de um diálogo feito por alguns integrantes da Comissão Executiva. Ressaltou que não descreverá tudo para os conselheiros, mas mandaram a cópia do ofício e seus anexos dentro do grupo do CMS/RJ. Pediu para registrar que ao longo de todo o período de janeiro até abril as Doulas, até porque atende um grupo de risco importante, que são gestantes e puérperas, fizeram parte do calendário de profissionais de saúde. Como todos podem lembrar em março e abril fizeram a discussão de vacinação dos profissionais de saúde e que não havia diferenciação entre trabalhador da saúde e profissional da saúde. Que a partir da existência desse calendário criou-se uma conexão e uma afirmação em vários lugares de que Doulas não são profissionais de saúde, são trabalhadores da saúde e, portanto, a categoria das Doulas retornará para outro grau de vacinação. Esclareceu que a categoria Doulas é muito pequena, pois no município do Rio de Janeiro existem menos de 300 Doulas. Mas isso não é a questão e não está querendo privilégio para qualquer categoria. Acha que são uma população pequena que se expõe com um grupo que têm o maior índice de letalidade no Brasil, com a mortalidade materna chegando a 115 mortes no município do Rio de Janeiro. Por isso, as Doulas ficaram indignadas de que tenha havido a mudança da compreensão por parte da SMS e que não tenham sido comunicadas e nem o fato ter sido explicitado. Acontece que hoje na cidade, na visão das Doulas, temos duas categorias de trabalhadores da saúde, isto é, os que estão listados no grupo catorze do PNI, os profissionais de saúde e os que não estão listados no grupo catorze do PNI, profissionais de saúde. Ainda que dentro do Plano Nacional de Imunização (PNI) todos estejam listados como trabalhadores da saúde. Em nenhum lugar do PNI está listado que deve vacinar o grupo catorze (comorbidades) antes de qualquer outro. Entende, enquanto a prioridade em relação a vacina, tenham que vacinar as pessoas que estão na linha de frente e que estão trabalhando diretamente. Mas lhe dizer que o professor de educação física que é um dos listados no grupo catorze do PNI, que não estão lidando, necessariamente, com grupo prioritário como Doulas que envolve grávidas e puérperas e, que tem índice alarmante de cuidados atuando na maternidade diuturnamente e não devem estar no mesmo grupo de profissionais da saúde, pois é essa a leitura que está no grupo dos trabalhadores da saúde, no caso das Doulas, gerando indignação. Disse que não estão perguntando isso ao CMS/RJ e sim comunicando que distribuirão o ofício das Doulas, assim como o fizeram para SMS e a secretária do Gabinete da Saúde que lhe respondeu que enviaram o ofício para outro lugar. Então aguardam a resposta por escrito, em relação a esse posicionamento de dividir a categoria trabalhadores da saúde em vários grupos conforme interesse e o entendimento que querem entender qual foi o da SMS. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pediu que ficasse registrada em ata o que escreveu no “chat” a seguir: “a Policlínica Rodolpho Rocco (antigo PAM Del Castilho) está sem tomógrafo há mais de um mês, sem vigilantes e o mato em volta tomando conta da Unidade há mais de cinco meses, sem contar que por falta de vigilantes na nossa emergência acontecem assaltos, invasão e agressões constantes. Por isso, peço ajuda da Secretaria Municipal de Saúde”. Pelo áudio informou que é de uma unidade de saúde que foi municipalizada e que se chamava antigamente como PAM Del Castilho, mas que agora se chama Policlínica Rodolpho Rocco. Informou que nessa unidade de saúde tem uma emergência que funciona 24 horas de forma precária porque um dia tem médico outro dia não tem. Informou ainda que essa emergência atende pacientes com Covid-19. Hoje, por exemplo, saíram duas pessoas graves com Covid-19. Ressaltou que tem um tomógrafo inaugurado em dezembro do ano passado pela antiga Gestão e que está parado há mais de um mês por falta de contrato. Também essa unidade de saúde está sem vigilantes, pois perderam todos os que tinham por falta de pagamento. Informou também que está acontecendo agressões aos trabalhadores dessa unidade de saúde e assaltos que



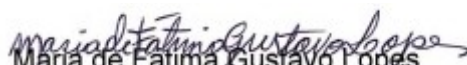
também acontecem, pois presenciou vários dentro da unidade de saúde por não ter um segurança. O fato que depois pode até passar as fotos e os vídeos para todos verem está tomando conta da unidade de saúde, mas quem está dentro da unidade de saúde não vê o que está lá fora e quem está lá fora não consegue ver o que tem dentro. Isso é muito perigoso. Não têm condições de atender a população com respeito e dignidade com que teriam que atender. Isso é um absurdo. Então pede que a Secretaria Municipal de Saúde os ajude nesse processo porque não dá mais para ficar desse jeito. O **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** disse via “chat”, que deseja que fique registrado em ata que a SMS, infelizmente, burocratizou demais a vacinação para as pessoas com comorbidades e que estão obrigando as pessoas a levar além do laudo, a receita atualizada que comprove a comorbidade. Que acha desnecessário exigir a receita se o laudo já vem especificando a comorbidade. Mas estão fazendo isso para obrigar as pessoas a terem que ir à casa buscar a receita. Sendo que muitas pessoas não guardam a receita. É desnecessário e para não dizer desumano. Pediu para que fique registrado em ata que têm médicos aposentados que nunca saíram de casa desde o início da pandemia e que mesmo assim foram vacinados junto com os profissionais de saúde da linha de frente e que não foram vacinados por questão de idade não, simplesmente apresentaram o CRM e foram vacinados. A **Presidente do CDS da AP 2.1 e conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** disse que reforçará o que o conselheiro Abílio Valério Tozini já falou. Informou que ontem presenciou na Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza e nos postos de vacinação, sempre vazios, que não sabe o que acontece. Inclusive falou isso com elas porque o pessoal não procura porque a Rocinha é muito grande e, até mesmo em relação a comunicação. Então é isso que deseja falar também como fez o conselheiro Abílio Valério Tozini para que tenha mais um pouco de atenção nessa comunicação para as pessoas, pois nem todas são instruídas. Disse que uma das meninas falou assim “ah, mas na televisão está dando toda a hora”. Respondeu que nem todas as pessoas têm acesso para ficar pendurado vendo televisão para descer e ser vacinado. Em relação a outro assunto, disse que houve reclamação de uma estagiária que pediu para ser vacinada e não vacinaram. A estagiária teve que chamar a coordenação para ser vacinada. Informou que presenciou sobras de vacina, pois às 17 horas estava lá. Falou que poderiam chamar algumas pessoas que estão entrando e vacinar com essa dose. Mas lhe responderam: “não, a gente deixa para amanhã porque até amanhã a AP 2.1 vai dar tempo”. Informou também que foi vacinada numa leva dessa no bairro do Vidigal, pois quando sobra vacina eles chamam quem está passando para ir na Clínica da Família localizada no Bairro do Vidigal porque com aquela sobra da vacina outra pessoa não fica para o outro dia. Então deseja saber porque está acontecendo isso, pois sobra vacina e guarda para o dia seguinte, indagou? Foi o que aconteceu e presenciou na Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza. Explicou que a tenda de vacinação no dia da chuva, sábado, estava rasgada. As pessoas que tomavam vacina ficaram molhadas. São coisas que a gente vê, que a gente fala, entendam. Temos que falar isso porque está errado. As Organizações Sociais que estão na ponta devem ter mais cuidados com esse sistema de vacinas em relação ao bem-estar das pessoas. Isso já foi falado na Clínica da Família Rinaldo de Lamare em dia de chuva. Também foi falado na Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza e, gostaria que fossem tomadas as providências necessárias. Nesse momento para responder algumas questões o **Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro** apresentou para a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida um pouco do que está no site Painel Rio Covid-19, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final da Apresentação passou para os destaques: 1) foi mostrado o recorte de raça e cor que está dentro do supracitado site. Também estão sensibilizando as unidades de saúde e os profissionais de saúde para que preencham o campo raça e cor nos sistemas

oficiais. 2) Em relação ao prognóstico solicitado pela conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, informou que não têm como preverem a médio e a longo prazo a situação da Covid-19, pois têm vários critérios que podem ser colocados. Mas o que pode definir diretamente nisso é a vacinação que não depende apenas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, mas de outros países que liberam insumos. Isso está muito relacionado com a ampliação da vacinação para todos os grupos prioritários como a segunda dose dada aos idosos que é um grupo de atenção. Também a questão das variantes da Covid-19, pois algumas variantes têm a capacidade de enganar o sistema imunológico. Então não sabemos o que surgirá daqui para frente. Por isso, sempre frisamos a importância de usar máscara, lavar as mãos, evitar aglomeração para o vírus não fazer essa mutação. Não sabemos como será o futuro. Mas o prognóstico positivo que podem esperar no segundo semestre é que os números caiam com a ampliação da vacinação, com mais doses e mais pessoas sendo vacinadas. A tendência é que as coisas vão melhorando, mas não depende da cidade do Rio de Janeiro, não depende da SMS, depende de vários fatores externos. Com isso a pandemia vai aos poucos se dissipando. Essa é a tendência da SMS. Em relação a comunicação, no caso a fala do conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro, esclareceu que vai passar as demandas dos conselheiros para os integrantes da Assessoria de Comunicação para sensibilizar mais a população e para saber quais são os critérios das unidades de saúde de cada território. Em relação a vacina mencionada no “chat”, pediu que acessem o site “coronavirus.rio/vacina”, que têm todos os critérios para vacinação, inclusive para quem tem comorbidade (ou comorbidades) e tem que apresentar o atestado ou laudo médico, mas se não tiver atestado que leve a receita. Ressaltou que sempre comunicam os profissionais de saúde das unidades de saúde, mas de um momento ou outro podem ter um ruído de comunicação. Então, irão reforçar isso com a Atenção Primária para seguir os critérios estabelecidos em relação a vacinação. Em relação a questão das doses que sobram, esclareceu que temos três vacinas (Coronovac, Pfizer e AstraZeneca) no município do Rio de Janeiro e cada vacina tem seu critério, sua validade. Todas seguem o critério do PNI e isso é muito importante. Portanto, seguem as orientações do Ministério da Saúde, da Rede Estadual de Saúde e do Programa Nacional de Imunização. Muitas coisas que aplicam na cidade do Rio de Janeiro são determinações a nível nacional. Por isso, sempre tentam ampliar as demandas, ouvir a população, ouvir os conselheiros, além de sempre se alinhar com as demandas do Ministério da Saúde. Esclareceu ainda que pretendem, aos poucos, junto com os conselheiros ampliar essa vacinação com as demandas do PNI também. Finalizando, agradeceu o apoio, aos Conselhos e que passará para a equipe de imunização da Atenção Primária para poder alinhar e ampliar essas demandas da cidade do Rio de Janeiro. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que receberam uma resposta da SMS do ofício quinze e que irão enviar para o grupo do Whatsapp e por e-mail aos conselheiros. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que deu problema para escutar o informe. Então a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que receberam um ofício do Gabinete da SMS com a resposta de um conselheiro e que irão enviar aos membros do Colegiado. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva que os e-mails que enviou sobre a Comissão de Saúde Mental e a CIST virou ofício e que já encaminharam para a Superintendência. Então no momento em que quiser vir apresentar (...) pausou. Complementando, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que já encaminharam e estão aguardando a resposta. Retomando, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** concordou dizendo que tendo a resposta será pautado para as próximas reuniões. Finalizando, agradeceu a todos salientando que os **pontos 6, 7,**

**8 e 9** foram cancelados devido ao avançado da hora. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezoito horas e catorze minutos e nós, **Marcelo Dionízio Gomes** e **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

  
Marcelo Dionízio Gomes

  
Maria da Conceição Ramos de Carvalho

  
Maria de Fátima Gustavo Lopes